



ISSN 2359-5051

# **Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ**

**Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar  
de Professores**

---

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM ÊNFASE NA INTERSECÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E RAÇA**

### **INCLUSIVE EDUCATION WITH EMPHASIS ON THE INTERSECTION BETWEEN SPECIAL EDUCATION AND RACE**

Andrezza Cardim das Neves<sup>1</sup>  
Fátima Cristina Duarte Ferreira Cunha<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

Este artigo tem por finalidade ampliar o debate sobre a trajetória do estudante negro e com deficiência nas escolas brasileiras, subsidiando novas reflexões acerca da práxis docente sobre esses sujeitos, ter um olhar mais apurado sobre nossos educandos com deficiência e como a raça perpassa por eles. Objetiva-se discutir sobre um novo olhar aos estudantes que possuem alguma deficiência e que são negros, a partir da ideia de interseccionalidade e com uma breve ajuda da área da psicologia da educação, da formação docente e de novas práticas pedagógicas. A escolha deste tema foi a partir de observações, realizadas durante o estágio de graduação, na rede pública na cidade do Rio de Janeiro. Ao vivenciar uma discrepância de tratamento entre estudantes com deficiência brancos e negros, ambos da mesma sala e com problemas de aprendizagem, decidiu-se aplicar um estudo sobre o tema exposto. Como metodologia, optou-se pela pesquisa qualitativa pelo fato de que houve um distanciamento do cargo de mediadora, função dos últimos três anos. Concluímos que dissertar sobre estudantes negros com deficiência é complexo, e que os professores, dos sujeitos marcados por signos de exclusão, devem ter em sua formação inicial e continuada um estudo mais aprofundado.

**Palavras-chave:** Deficiência. Raça. Interseccionalidade. Educação Inclusiva. Práxis Docente.

#### **ABSTRACT**

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Especialização em Alfabetização, letramento e educação especial: perspectivas na inclusão na diversidade cultural, UFMS/CPAQ, andrezzacardim7@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora Orientadora, UFMS/CPAQ, fatima.cunha@ufms.br



The general objective of the work is to discuss a new look at students who have a disability and who are black, based on the idea of intersectionality and with brief help from the area of educational psychology, teacher training and new pedagogical practices. The purpose is to expand the debate on the trajectory of black students with disabilities in Brazilian schools, supporting new reflections on teaching practice regarding these subjects and having a more in-depth look at our students with disabilities and how race permeates them. The theme came from the author's observation while still in college, when undertaking an internship as a mediator in the public network in the city of Rio de Janeiro. When experiencing a discrepancy in treatment between white and black students with disabilities, both in the same class and with learning problems. Qualitative research was chosen as a methodology due to the author's distance from the role of mediator, a role she has held for the last three years. Based on the above, the aim is to discuss the complexity of the way we look at black students with disabilities. Concluding that the formation of the subject who is marked by signs of exclusion must be a recurring agenda for teachers and in their initial and continued training.

**Keywords** Deficiency. Race. Intersectionality. Inclusive education. Teaching Praxis.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo foi elaborado como pré-requisito para a conclusão do curso de Especialização em Alfabetização, Letramento e Educação Especial, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). A motivação para a escrita do tema, vem de uma trajetória que começou no curso de Pedagogia, passou pela pós-graduação em Educação Racial e nas observações diárias enquanto estava no curso, incluindo o meu estágio. Sendo uma mulher negra, questões raciais sempre me perpassam, inclusive nos momentos em que trabalhei com crianças com deficiência, em que pude observar mais um contexto de opressão racial, se juntando às discriminações capacitistas.

O tema abre a discussão sobre a educação inclusiva numa perspectiva que faça correlação entre a questão racial e a educação especial, pontuando a necessidade de novos métodos e práticas pedagógicas que trabalhem criticamente a intersecção<sup>3</sup> desses dois fatores. Debateremos a importância do docente que, se não tiver um olhar amoroso e mais crítico aos possíveis preconceitos, pode advir o racismo e o capacitismo.

Entendemos que, pelo fato da maioria racializada preta e parda da população brasileira, que constitui o conjunto de negros do país, segundo o censo de 2022, 55,5% da população

---

<sup>3</sup>Interseccionalidade é a interação ou sobreposição de fatores sociais que definem a identidade de uma pessoa e a forma como isso irá impactar sua relação com a sociedade e seu acesso a direitos (aqui precisas acrescentar algum teórico sobre o tema).



nacional é composta pela população negra, sendo 10% pretos e 45% pardos, e ainda, a partir dos dados recentes coletados pelo IBGE em 2022, foi constatado que 8,9% da população brasileira possui alguma deficiência, sendo em sua maioria pretos e pardos, devemos estar cada vez mais atentos aos temas.

Diante dos dados expostos e de vivências de mediadores e apoio terapêutico em escolas públicas do estado do Rio de Janeiro, salientamos a necessidade e a importância do debate sobre a intersecção entre raça e deficiência no contexto escolar, onde podemos observar que a grande maioria dos estudantes Público Alvo da Educação Especial (PAEE) são negros.

Temos como objetivo geral discutir com novo olhar sobre os estudantes que possuem alguma deficiência e que são negros, a partir da ideia de interseccionalidade e com uma breve ajuda da área da psicologia da educação, formação docente e novas práticas pedagógicas. Com a finalidade de ampliar o debate sobre a trajetória do estudante negro e com deficiência nas escolas brasileiras, subsidiando novas reflexões acerca da práxis docente sobre esses sujeitos e ter um olhar mais apurado sobre nossos estudantes com deficiência e de como as questões raciais perpassam por eles.

Como objetivos específicos, destacamos o aprimoramento da práxis docente, com ênfase em quem são os estudantes com deficiência, a reflexão sobre diferentes marcadores em um indivíduo e a integração efetiva da educação especial à educação inclusiva.

A escrita surge a partir da seguinte questão problema: Como ampliar o conceito de inclusão escolar quando temos na sala de aula um estudante negro com deficiência como público-alvo? Essa problematização se deu a partir da minha observação que vem sendo construída desde o meu primeiro trabalho como mediadora, onde pude observar uma diferenciação de tratamento entre estudantes negros e brancos com problemas de aprendizagem e socialização.

A questão se amplia e se torna mais complexa ao perceber que durante os anos como mediadora, a maioria dos estudantes são lidos como pessoas negras. Com isso, se torna mais latente esse tema de pesquisa, em que discutimos como a interseccionalidade entre essas duas características são encaradas e trabalhadas no contexto escolar, entendendo o estudante com deficiência para além do que comporta a educação especial.

O tema se deu a partir da observação, ao realizar um estágio como mediadora da rede pública da cidade do Rio de Janeiro, uma vez que vivenciei uma discrepância de tratamento entre estudantes com deficiência brancos e negros, ambos da mesma sala e com problemas de aprendizagem. Optamos pela pesquisa qualitativa como metodologia pela vivência da autora no cargo de mediadora, função que esteve nos últimos três anos na rede pública e privada, concomitantemente.



O artigo foi dividido em três partes, para além das seções de introdução e considerações finais. Na primeira parte do desenvolvimento relato as minhas experiências como professora mediadora, nas redes municipais do Rio de Janeiro e de Maricá. A partir da segunda seção, uma discussão sobre a interseccionalidade entre raça e deficiência, utilizando os referenciais e embasamentos teóricos para a ampliação do debate. Na terceira parte, especificamente, é tratado sobre a interseccionalidade, seu significado, importância e como surgiu dentro da ciência.

Concluimos na defesa de uma educação inclusiva, reafirmando a importância de um processo de ensino-aprendizagem que ande junto à construção identitária do estudante, entendendo que instigar o senso crítico, autoconhecimento e autoestima também é tarefa educacional.

As referências bibliográficas do trabalho têm como base o psiquiatra Franz Fanon nos auxiliando na reflexão sobre o sujeito negro e ampliando os conceitos e debates para os corpos de indivíduos com deficiência. Na discussão sobre uma educação inclusiva num viés da educação especial, são trazidos para o texto autores como Glat (2024), Pletsch (2024), De Souza Fontes (2024), entre outros que dissertam sobre educação inclusiva e educação especial.

Além desses pilares, utilizamos artigos encontrados na pesquisa feita no Google Scholar a partir de palavras-chave como “deficiência e raça”, “interseccionalidade raça e deficiência”. Para a primeira opção foram encontrados cerca de cem mil e nove mil para a segunda. Em seguida, foram selecionados artigos a partir de resumos, depois foram selecionados os que mais conversam com o tema proposto, auxiliando na reflexão sobre pessoas negras com deficiência. Por fim, foram selecionados três artigos que melhor orientaram a escrita e o desenvolvimento deste trabalho.

Para o desenvolvimento da concepção de uma escola inclusiva, ampliando os parâmetros da educação especial e indo de encontro a uma educação mais abrangente, também foi utilizado o Google Scholar, com as palavras “educação inclusiva e educação especial”, a escolha dos artigos foi similar ao já explicitado com as palavras “raça”, “deficiência” e “interseccionalidade”.

Na conclusão, nossas respostas aos questionamentos referentes à formação do sujeito negro e com deficiência, onde abordamos o papel ativo e crucial do docente para a melhoria da educação especial, visando uma escola efetivamente inclusiva.

## **2. PARECER A PARTIR DA PRÁTICA**

Escrever sobre experiências como mediadora nas redes municipais de Maricá e do Rio de Janeiro, assim como na rede privada da cidade do Rio, é essencial, pois foi a partir das vivências



que vieram as inquietações sobre a interseccionalidade, entre raça e deficiência. Esta seção terá dois relatos autorais, em que essas questões eram latentes, a primeira se passa na rede municipal do Rio de Janeiro, a segunda na rede municipal de Maricá. Essas escolhas se dão pelo contingente de estudantes negros com deficiência.

Diante das referências expostas anteriormente, trazemos essa realidade para o chão da escola, pensando sobre o estudante negro com deficiência, sua inclusão, sua inserção integral (social, identitária, psicomotora e cognitiva) no contexto escolar. Para corroborar com o ponto central deste trabalho, a discussão sobre uma prática docente que viabilize a complexidade dos sujeitos presentes na sala de aula, insiro experiências vividas com estudantes negros com deficiência em escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro.

O olhar como educadora vem de estudos aprendidos na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), onde me formei como educadora social, atendida no sentido do educar como uma prática que tem que refletir a inclusão, democracia e desenvolvimento integral do educando e da educação como um direito de todos. Com isso, o docente nunca se distanciou desse paradigma, de tornar a escola um lugar inclusivo e democrático, um espaço que me tire reflexões e que me traga questões para melhorar minha prática e auxiliar no processo de ensino-aprendizagem do estudante. E para tornar a escola um ambiente inclusivo é necessário ser um professor crítico da sua prática e do contexto onde está inserido.

O mito da neutralidade da educação, que leva à negação da natureza política do processo educativo e a tomá-lo como um quefazer puro, em que nos engajamos a serviço da humanidade entendida como uma abstração, é o ponto de partida para compreendermos as diferenças fundamentais entre uma prática ingênua, uma prática astuta e outra crítica (Freire, 2011, p. 34).

Com essa base acadêmica, com os ensinamentos de Paulo Freire, levamos como embasamento a prática, fazendo breves relatos de experiências vivenciadas, reforçando uma postura indagadora, que está sempre na busca de fazer uma prática crítica, política e partidária a democracia e inclusão.

## **2.1 Começo como mediadora**

Comecei como mediadora ainda na graduação em Pedagogia, como última experiência de estágio, resolvi me inscrever no programa de estágio remunerado do município do Rio de Janeiro, onde ficamos como mediadores de algum estudante com deficiência. Então, no último período da faculdade, me tornei mediadora de uma criança do sexto ano. O aluno era mais velho que a



faixa etária da turma, branco e possuía uma defasagem de aprendizagem, porém, não tinha dificuldades de socialização.

Por uma questão judicial, me colocaram com esse estudante; porém, não recebi o laudo ou o relatório com suas dificuldades e potencialidades. Fazendo um retrospecto, é plausível inferir que a escola também não conhecia o próprio estudante. Mesmo sendo designada a ficar com esse aluno, o estudante que me fez pensar sobre o racismo e deficiência é outro.

Na mesma sala de aula onde ficava, tinha um estudante negro, com dificuldades na leitura e escrita, não era alfabetizado, mas possuía melhor entendimento sobre os conteúdos que os demais estudantes da turma. Esse estudante negro, não alfabetizado, com uma boa visão de mundo e comportamento muitas vezes inadequado, envolvia-se em brigas por questões ínfimas. Ao observar as potencialidades do educando, falava constantemente com os professores e para o diretor adjunto sobre as orientações que a escola deveria dar aos familiares, que eram humildes.

Mesmo concordando com meus apontamentos, a escola nada fez, e o meu sofrimento por não saber ajudar e o sofrimento da criança por entender sua condição e dificuldade seguiram comigo durante esses anos. Após reflexões e estudos, percebi que aquela criança sofreu racismo, e com uma dificuldade, que pode ser ou não oriunda de alguma deficiência, foi negligenciada pelos educadores. Esse, então, foi o meu estopim, o pontapé que me fez pensar na interseccionalidade entre crianças negras e a deficiência. E como auxiliá-las num ensino inclusivo.

Além de me fazer pensar sobre raça e deficiência, outras reflexões sobre educação especial foram despertadas, como o entendimento de que educação especial não é sinônimo de educação inclusiva, mas sim de um ensino pautado em laudos para a efetivação de uma educação específica para determinado público. No contexto brasileiro, fazer com que apenas alunos laudados tenham acesso ao atendimento especializado também pode ser visto e entendido como mais um braço do racismo, porque nos faz refletir quem são os estudantes sem laudo, sem acesso efetivo aos programas de saúde e a médicos especialistas.

## **2.2 Caminho como educadora inclusiva**

A segunda experiência, que endossou minhas reflexões e gerou questionamentos, foi como mediadora no município de Maricá. Nessa ocasião, já estava formada, com experiências na educação de pessoas com deficiência e realizando uma pós-graduação em psicopedagogia. Diferente do município do RJ, em Maricá, fiquei responsável por dois estudantes no turno da



manhã e três no turno da tarde, dentre os cinco estudantes considero todos negros, com possibilidades diferentes, com traços negroides distintos.

Mesmo lendo-os como negros (pretos ou pardos), a visão que eles tinham de si era diferente, não era difícil escutar falas como: “ainda bem que não sou negra”, “sou moreno porque pego sol”, “seria zoadá se fosse preta”. Tais falas expressam como o sujeito negro é visto socialmente, não querer ser preto era uma questão para a maioria dos estudantes acompanhados. No entanto, mesmo querendo se distanciar de mais um estigma e opressão, meus alunos continuavam sendo lidos como indivíduos negros, interseccionando, mais uma vez na minha caminhada, a deficiência com a negritude, dois marcadores bem expressivos de opressão.

Diante da complexidade que vivia no cotidiano, tentando auxiliá-los em suas defasagens, mais uma demanda é posta, internamente, visto que o trabalho de mediação muitas vezes é solitário. Como trabalharia uma consciência identitária em estudantes negros com deficiência, atravessados por violências racistas e capacitistas? Durante o ano de 2023, que passei com eles, não surgiram respostas rápidas e simples: a falta de trabalho coletivo com todos os docentes, as demandas pedagógicas pautadas em conteúdo e a especificidade de cada um, foram alguns fatores que impediram um efetivo trabalho de conscientização racial.

Nas duas experiências relatadas, a intersecção entre raça e deficiência estava presente, na primeira, em como nós educadores enxergamos os estudantes negros com deficiência e, na segunda, como os estudantes com deficiência se enxergam e autodeclaram.

Temos aprendido com pesquisadoras feministas, queer e pós-modernas que as relações de saber-poder produzem marcas sobre nossos corpos, corpos este engendrados na Educação. Os discursos de poder-saber inventam e inventariam a realidade de nossos corpos, produzindo materialidades tácitas, ficções do real. Essas marcas nos habitam e são determinantes das epistemologias de mundo que nos (re)definem (Haraway, 2009; Louro, 2004; Goellner, 2003 (Pocahy, 2011, p. 28)

Como salienta Pocahy (2011), muitas vezes inventamos realidades distintas do real, no caso de meus estudantes, um fator de opressão que poderia se distanciar mais facilmente, era o da negritude, pois a deficiência era nitidamente marcada pela minha presença como mediadora, suas distorções idade/série e seus acompanhamentos dos conteúdos.

Com a capacidade de grandes ebulições raciais e capacitistas, a escola tem um papel central nessa discussão, é um local que pode reproduzir ações racistas/capacitistas ou auxiliar na construção saudável da identidade do estudante. Entendendo que a escola tem como função não criar realidades subentendidas, corroborando com as opressões sociais; ajudar no processo de identidades conscientes e reais, e na mudança do *status quo* opressivo, é um dos motivos pelo qual escrevo este artigo.





### 3. EDUCAÇÃO PARA TODOS: O CAMINHO DA INTERSECCIONALIDADE

A defesa por uma educação inclusiva em detrimento da educação especial se dá pelo aumento do espectro que um ensino inclusivo nos possibilita, ainda mais quando relacionamos raça e deficiência. Nesse caso, a educação especial não aborda a complexidade dessa relação, visto que é usual falarmos da educação inclusiva e delimitarmos ao sujeito pesquisado apenas a deficiência, muitas vezes sendo esquecida sua integralidade como uma pessoa com cor, inserida numa cultura, sua sexualidade e seu meio socioeconômico.

Portanto, nesse contexto, a educação inclusiva se adequa ao ensino que almejamos, insere o estudante em seus diferentes aspectos. Para nortear o trabalho, usaremos a seguinte definição de educação inclusiva de Glat; Pletsch; Fontes, 2007, p. 344.

Educação Inclusiva significa pensar uma escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem

Ainda segundo Glat; Pletsch; Fontes, 2007, p. 344, a educação para tornar-se inclusiva:

Para tornar-se inclusiva, a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, bem como rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Isto implica em avaliar e re-desenhar sua estrutura, organização, projeto político-pedagógico, recursos didáticos, práticas avaliativas, metodologias e estratégias de ensino.

Em síntese, a educação inclusiva abarca em si a educação especial e deixa mais complexa a educação desse sujeito que possui diferentes marcos sociais, pensando em sua complexidade e integralidade. Na realidade brasileira, com uma população bastante mestiça, diversa na cultura e socialmente, a educação inclusiva deve estar presente no cotidiano da escola, principalmente, se estamos falando da escola pública, onde encontramos toda essa diversidade.

Cabe a nós, docentes e profissionais da educação, ter as habilidades necessárias para melhor atender as alteridades presentes na escola.

Por isso, o conceito de interseccionalidade é caro para a nossa discussão, sendo mais um campo que nos conduz para a efetivação de uma educação inclusiva. Através do viés da interseccionalidade, podemos refletir como dois marcadores podem incidir sobre o mesmo corpo,





sem sobreposição de um sobre o outro, mas uma coexistência de opressões mútuas, no caso do público-alvo aqui pesquisado.

Mas o que vem a ser a interseccionalidade? De acordo com Moragas (p. 01, 2023), a:

Identidade de gênero, raça/etnia, idade, orientação sexual, condição de pessoa com deficiência, classe social e localização geográfica são alguns desses fatores que se combinam para determinar os alvos de opressões e como essas desigualdades irão operar. O conceito foi criado em 1989 por Kimberlé Crenshaw no contexto do movimento de mulheres negras dos Estados Unidos. Kimberlé é estudiosa da teoria crítica racial, área de estudo que analisa o racismo como algo naturalizado por meio de instituições e leis e não apenas como ações isoladas de indivíduos. Interseccionalidade ajuda a pensar formas de criar e aplicar políticas públicas que de fato promovam o princípio máximo da Constituição Federal: de que todas as pessoas são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Os estudos sobre a interseccionalidade se tornam mais enfáticos e conhecidos a partir da década de 1970, com pesquisas de cientistas negras, como as professoras Angela Davis e Patricia Hill Collins com a crítica contra o feminismo branco e a falta de conexão que esse faz para as mulheres não brancas e de classe média. A partir da interseccionalidade, abre-se caminho para uma reflexão sobre diferentes maneiras de estar no mundo, debatendo a diversidade de identidades e experiências.

Com a categoria da interseccionalidade, Crenshaw (1994) focaliza sobretudo as intersecções da raça e do gênero, abordando parcial ou periféricamente classe ou sexualidade, que “podem contribuir para estruturar suas experiências (as das mulheres de cor)” (Idem, p. 54). A interseccionalidade é uma proposta para levar em conta as múltiplas fontes da identidade”, embora não tenha a pretensão de “propor uma nova teoria globalizante da identidade. (Hirata, 2014, p. 62).

A interseccionalidade é presente no cotidiano cultural e social brasileiro, podendo ser enxergada com facilidade nas escolas públicas do país, onde encontramos educandos de diferentes culturas, sexualidades, raça, deficiências e religiões. Portanto, como docentes e profissionais da educação, devemos refletir sobre um ensino inclusivo e pautado nos direitos humanos, entendendo a importância de reafirmarmos uma educação que auxilie em formações identitárias múltiplas, objetivando uma sociedade menos opressora e que saiba lidar com a diferença e a alteridade.

Nesse sentido, temos algo ou algum elemento para pensar a interseccionalidade como um conceito-prática útil sobre os processos de subjetivação, como aqueles que são agenciados na experiência política e cultural da Educação. E, particularmente, de como gênero, raça/etnia e sexualidade (entre outros marcadores sociais) se constituem como elementos importantes na manutenção e (re)invenção dos jogos de verdade que estabelecem o que é possível ou não em termos de corpo, mas também aquilo que define ou não uma sociedade democrática (Pocahy, 2011, p. 21).



Mesmo com a popularização dos estudos sobre interseccionalidade, esse debate não se ampliou à educação especial no contexto da educação básica. Ao fazer uma busca com os marcadores “deficiência”, “raça” e “interseccionalidade” foram encontrados um número significativo de escritas, porém, foram poucas que se referiam à educação, e um número menor ainda, falando da interseccionalidade entre raça e deficiência na educação básica.

Apesar de entender a importância e necessidade de discutirmos a inclusão de pessoas negras com deficiência na sociedade, se faz também latente a discussão desses marcadores na educação, no contexto escolar, pois a escola é um dos primeiros locais que reverberam as diferenças, onde as alteridades possuem espaço para discussão.

Reforçamos o lugar crucial da escola para esses sujeitos que possuem marcadores identitários que muitas vezes são oprimidos e excluídos da sociedade, onde reforça que, depois do seio familiar, a identidade da criança passa a ser desenvolvida e reforçada em outros campos de socialização, como a escola.

Na educação infantil temos sujeitos em sua fase do desenvolvimento em que o ideal do ego está sendo construído, assim como sua identidade a partir da negação do outro, ou seja, ao não se reconhecer no outro, o indivíduo estabelece o que se é. Assim, as crianças começam a interpretar papéis que mais lhe convém e são vistos como ideal, numa sociedade racista, o ideal do ego costuma ter como parâmetro a branquitude, assim como os papéis mais aceitos para serem imitados são de pessoas brancas (Cardim, 2023, p. 9).

Na passagem supracitada, temos como referência a educação infantil e os sujeitos não brancos, no entanto, podemos ampliar esses parâmetros para toda a educação básica e para os indivíduos negros e com deficiência, que desde cedo têm como padrões a branquitude e a normalidade, a não deficiência.

Enquanto conceito – e esta é a forma que assumo neste texto – constitui-se a interseccionalidade como contribuição para compreender-intervir diante das formas de regulação sociocultural das subjetividades, especialmente a partir dos agenciamentos discursivos que produzem as materialidades de raça/etnia, classe, gênero, sexualidade e localidade, entre outros marcadores sociais e culturais de identidade e diferença (Pocahy, 2011, p. 21).

Diante dessas explicações, reafirmamos a importância dessa discussão para a educação inclusiva, para um ensino que coloque em pauta a interseccionalidade e a complexidade dos educandos, com práticas pedagógicas críticas, de qualidade e inclusivas.



#### 4. O ESTUDANTE NEGRO COM DEFICIÊNCIA

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu segundo artigo, define como pessoas com deficiência aquelas que “têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.”

No Brasil, segundo dados do IBGE 2022, 8,9% da população de dois anos ou mais possuem alguma deficiência, sendo mais de um milhão de brasileiros com deficiência entre os 2 e 19 anos, ou seja, em fase escolar. Dentre os pretos e pardos, 9,5% e 8,9% possuem alguma deficiência, respectivamente. Segundo os dados, 8,7% das pessoas brancas possuem algum tipo de deficiência. Diante dos dados apresentados, podemos afirmar que falar de deficiência, no contexto brasileiro, é também falar sobre raça.

A formação subjetiva do ser humano, se dá a partir do outro, de algo externo e de uma conjuntura anterior ao indivíduo; ou seja, muitas vezes, construímos nossa identidade, nos formamos a partir de parâmetros já existentes na sociedade, com padrões do que é aceito, visto como bom.

Na nossa sociedade permeia um ideal em que, inconscientemente, almejamos: branco, hétero e sem deficiência. Ainda que a psicanálise dê a devida importância a singularidade de cada indivíduo, sua história e contexto cultural

O psiquiatra Frantz Fanon em “Pele Negra, Máscaras Brancas” (2020), descreve bem a complexidade do indivíduo negro na sociedade com parâmetros brancos, exprimindo como seu corpo negro é percebido e preconcebido, questiona os padrões sociais e históricos, se reafirma como ser humano.

*Àquela altura, desorientado, incapaz de sair por aí com o outro, o branco implacável que me aprisiona, fui para longe da minha própria presença, muito longe, e me fiz objeto. O que seria isso para mim, senão um descolamento, uma extração, uma hemorragia que fazia sangue negro coagular por todo o meu corpo? Mesmo assim, eu não queria essa reconsideração, essa tematização. Queria simplesmente ser um homem entre outros homens. Queria ter chegado lépido e jovial a um mundo que fosse nosso e que juntos construíssemos (Fanon, 2020, p. 128).*

Na citação anterior, o autor compartilha com o leitor seu afastamento sobre seu “eu” para se adequar a branquitude, com o intuito de se tornar humano para a sociedade. Entendemos, que tais pontos citados pelo autor também se enquadram aos sujeitos com deficiência, e se



potencializa quando o indivíduo é negro e deficiente. Fanon (2020) reflete sobre o tema abordado neste debate ao escrever:

O mundo branco, o único respeitável, negava-me qualquer participação. De homem se exigia uma conduta de homem. De mim, uma conduta de homem negro [*noir*] - ou, se tanto, uma conduta de negro [*nègre*]. Eu saudava o mundo com um aceno e o mundo me amputava o entusiasmo. Estavam pedindo que eu me confinasse, que me que eu me encolhesse. (Ibidem, p. 129-130) A vergonha. A vergonha e o desprezo por mim mesmo. A náusea. Quando me amam, dizem que é a despeito da minha cor. (Ibidem, p.131) [...]Minha negrura estava ali, densa e indiscutível. E ela me atormentava, me perseguia, me inquietava, me exasperava. (Fanon, 2020, p.132)

Os trechos selecionados são emblemas de como, muitas vezes, uma pessoa negra pode se sentir na sociedade. A vergonha pelo seu corpo, pode se tornar em ódio por si mesmo, criando consequências tanto psíquicas como físicas. Discutir e criticar os parâmetros de normalidade entendidos pela sociedade é crucial para um avanço educacional, numa prática inclusiva, baseada nos direitos humanos, reivindicando um processo de ensino-aprendizagem que enxergue os educandos negros com deficiência como sujeitos.

Amaral (1992) afirma: o fato é que – seja da ótica de quem a vive, seja da ótica de quem a vê – a deficiência, do ponto de vista psicológico, jamais passa em “brancas nuvens”. Goffman (1980, p. 4) descreve que estigma refere-se à “[...] situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”, e, consequentemente, promove uma generalização e a desumanização da pessoa com algum tipo de diferença significativa – uma deficiência. Historicamente, a deficiência está associada a uma situação de desvantagem. Refere-se à condição de uma situação de desequilíbrio, que só é possível num esquema comparativo: aquela pessoa, com alguma deficiência, em relação aos demais membros do seu grupo (Fernandes; Denari, 2017, p. 79).

Nos dois referenciais são explicitados como é enxergada a figura do negro e do deficiente, tanto Fanon (2020) quanto Fernandes e Denari (2017) expressam o estigma que envolve os sujeitos deficientes e negros, não é difícil chegar à conclusão que tais estigmas geram exclusão social e malefícios para o desenvolvimento psíquico desses indivíduos.

A ampliação da inclusão dos discentes com deficiência é algo recente, anteriormente, havia nas salas de aula uma integração, onde o estudante era inserido na escola, mas não participava do processo de ensino-aprendizagem. Mesmo com alguns déficits no ensino, consideramos que mais docentes estão dispostos a melhorar ou mudar sua prática para que ocorra uma educação para todos.

Embora vemos esse empenho, entendemos que no contexto brasileiro temos que inserir a pauta racial em consonância com a luta antirracista e inclusiva, pois o maior número de alunos com deficiência em nosso país são negros, e sabemos que a viseira racial racista ainda é presente



no cotidiano escolar, com uma mudança de tratamento do profissional da educação das crianças brancas para as negras. Por isso, como professores, devemos discutir nossa importância para a inclusão desse público no contexto escolar, para além do pensar a educação como conteúdos, mas como uma prática que auxilia na construção de uma identidade sadia e numa sociedade mais igualitária.

#### **4.1 Reforçando a importância da identidade na escola**

Refletir sobre a construção da identidade no ambiente escolar é de suma importância, pois a escola é uma instituição que concentra a diversidade e a alteridade, com os parâmetros sociais eclodindo nas salas de aula, gerando tensões e discussões. Sousa (2021) descreve como a escola é o segundo ambiente de identificação logo atrás da família, é lá que as identidades que começaram a ser construídas no seio familiar começa a fixar suas vigas, podendo encontrar reforço para o que estava sendo construído em casa ou auxiliar na formação de algo distinto ao processo de identidade que ocorria na família.

Tornar o ambiente escolar seguro, contestador e de novas descobertas é pensar numa educação inclusiva que pensa na integralidade do educando, na sua individualidade, seus potenciais e identidade. A escola possui grandes propensões em se tornar um reflexo da desigualdade e na repetição dos estigmas da sociedade. Em contrapartida, também grandes potencialidades de ser um lugar inclusivo, para que isso aconteça devemos como instituição pensar numa educação pautada nos direitos humanos, em que a questão psíquica, a autoestima, a inclusão de todos são fatores indispensáveis no processo de ensino-aprendizagem.

Reconhecer o sujeito com quem trabalhamos, sua história e seu contexto social é não perpetuar opressões em sala de aula. Auxiliar na construção identitária de nossos estudantes, em específico os educandos negros com deficiência, é papel de uma educação voltada à democracia, proporcionando a todos uma educação de qualidade e libertária.

### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Verificamos que a discussão sobre a ampliação de conceitos de educação inclusiva, que muitas vezes está atrelada à educação especial. Sabemos que os indivíduos com deficiências estão presentes ao redor das famílias, nos passeios familiares, na sociedade em geral, e que além de



escolas especiais que sempre os acolheram, as pessoas com deficiência estão também nas salas de aula da escola regular, como sempre deveria ser.

A educação inclusiva veio para acolher alunos com deficiências, deixá-los aprender os saberes escolares e para vida, de fato, integrá-los na sociedade. Ajudá-los para que sigam suas vidas com dignidade, com carreira profissional, com emprego mediante a conclusão de cursos. A educação inclusiva é uma modalidade de ensino que visa antes de tudo a escolarização de pessoas com deficiências na escola regular. Percebemos que ela deve estar inserida em todas as unidades escolares públicas e/ou privadas, tanto na educação básica quanto no ensino superior.

Dando ênfase na intersecção entre raça e deficiência, debatemos o duplo estigma que docentes podem passar na instituição escolar brasileira, que tem como maioria sujeitos negros no público com deficiência.

A reflexão sobre esses indivíduos é essencial para que tenhamos uma prática docente inclusiva e que perpassa por todo o trabalho, desde a narrativa de situações vivenciadas até a conceituação das palavras-chave do texto, todas convergem entre si na defesa de uma educação democrática e menos opressiva.

Concluimos que a prática docente deve ser permeada de estudos e pesquisas, sendo ela dinâmica, na qual devemos sempre observar e refletir sobre a sociedade e os indivíduos a quem educamos, enfim, devemos ter como cerne um ensino plural, inclusivo e afetivo.

Concluimos ainda que, dissertar sobre estudantes negros com deficiência é complexo, e que os professores, dos sujeitos marcados por signos de exclusão, devem ter em sua formação inicial e continuada um estudo mais aprofundado.

## 6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.

CARDIM, Andreza. **A Construção da Identidade do Negro e o Papel do Docente da Educação Infantil**. 15 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2023.

FRANTZ, Fanon. **Pele Negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; DE SOUZA FONTES, Rejane. **Educação inclusiva & educação especial**: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. Educação (Santa Maria. Online), v. 32, n. 2, p. 343-355, 2007.



HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, p. 61-73, 2014.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de **Pesquisas por Amostra** de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

POCAHY, Fernando. Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista. **TEXTURA-Revista de Educação e Letras**, v. 13, n. 23, 2011.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Sites consultados:

MORAGAS, Vicente Junqueira, **Conceito de Interseccionalidade**, 2023  
<https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-equidade/o-que-e-interseccionalidade>